

Informação, Saúde e Redes Sociais: diálogos de conhecimentos nas comunidades da Maré

Regina Maria Marteleto e Eduardo Navarro Stotz

DOI: 10.3395/reciis.v3i3.298pt

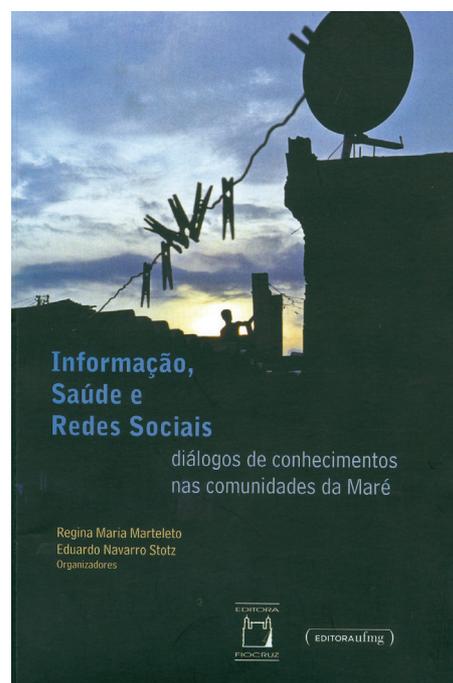
Helena Maria Scherlowski Leal David

Faculdade de Enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

“O conhecimento não pertence a ninguém. E precisa circular. Se o conhecimento fica preso, ele morre.” Com este pensamento, Suely Correa, terapeuta corporal, liderança popular de Cuiabá, Mato Grosso, encerrou sua fala durante um evento recente, do qual participaram profissionais de saúde, pesquisadores e docentes em saúde coletiva, pessoas de movimentos populares, debatendo a formação profissional, os processos de educação em saúde e as políticas públicas em interlocução com a sociedade. Combinando simplicidade e profundidade, Suely expressou a perspectiva da valorização do diálogo e da troca de saberes e experiências como base para o desenvolvimento de um projeto coletivo e democrático de saúde.

A legitimidade dos diversos saberes costuma ser explicitada nos discursos, autorizados e não autorizados, o que não significa que as práticas de saúde estejam conseguindo dar concretude a este discurso. Afinal, sempre esteve presente na história a peleja entre um grupo que clama para si a exclusividade e a legitimidade do conhecimento sobre a saúde contra outros, os chamados de charlatães, e a capacidade de organizar, sistematizar e estocar, de forma documental, o conhecimento produzido, além da erudição, são elementos centrais para a distinção entre quem pode e quem não pode falar sobre a saúde e o cuidado.

O avanço de um modelo de ciência centrado na fragmentação disciplinar e na especialização se constitui como suporte a uma racionalidade médica que dá centralidade ao processo patológico, à visão mecanicista do



*Rio de Janeiro: Editora Fiocruz;
Belo Horizonte: Editora UFMG;
2009, 176 p.*

ISBN 978-85-7541-170-4

corpo, ao reducionismo, e originou a organização de um modelo assistencial caracterizado, entre outros elementos, pela incorporação tecnológica rápida e acrítica e pela divisão social do trabalho de saúde. O esgotamento deste modelo tem sido apontado há pelo menos três décadas, passando, no Brasil, pelo movimento de reforma sanitária, e pelas propostas governamentais de reorganização da oferta de serviços por meio de estratégias de descentralização e territorialização.

Em que pese a complexidade do tema saúde coletiva, seu debate, no Brasil parece se reduzir a uma longa quere-la com foco na questão do acesso aos serviços de saúde. As reais dificuldades históricas na oferta de serviços e ações de atenção à saúde são explicações possíveis, ainda que insuficientes, para o fato de outras dimensões relativas ao processo saúde-doença-cuidado tenderem a ocupar um lugar periférico ou coadjuvante no debate.

A mediação educativa e a informação em saúde são entendidas, nesta concepção simplificadora, como dimensões que “colaboram” ou “facilitam” o cuidado, sendo o acesso a estas entendido como parte constitutiva do acesso à saúde, como direito. A resposta é também simples: trata-se apenas de produzir ou fornecer ações educativas e informação em saúde. Qualquer um que freqüente os corredores de um posto ou ambulatório de saúde pode constatar a quantidade de materiais informativos impressos disponível sob os formatos de cartazes e folhetos. Neste contexto, são desnecessárias as perguntas sobre quem deve produzir e disseminar a informação, e a quem cabe acessá-la, ou seja, sobre quem *possui* e quem *precisa* de informação.

Uma outra vertente de debates sobre a saúde como direito busca incorporar as concepções populares e os projetos de cuidado produzidos dentro das numerosas matrizes culturais existentes no país. Oriundas das diversas lutas populares organizadas para o enfrentamento das ameaças à liberdade e aos direitos civis, experiências locais voltadas para a questão da saúde foram avançando nas suas formulações, para além da questão do acesso aos serviços, na perspectiva de que as políticas públicas devem estar em consonância com o espectro de necessidades e determinantes, não apenas biológicos, dos problemas de saúde. É neste contexto que emergem temas como produção de conhecimentos, diversidade cultural, participação popular, fortalecimento de sujeitos individuais e coletivos, redes sociais e educação dialógica. Alguns campos disciplinares que integram a saúde coletiva, em especial os das ciências humanas e sociais, vieram contribuir para a ampliação da compreensão dos termos sobre os quais se assentam estes temas, bem como colocar em marcha uma crescente produção científica de caráter interdisciplinar.

O livro “Informação, Saúde e Redes Sociais: diálogos de conhecimento nas comunidades da Maré” consolida um consistente e frutífero percurso de reflexões e estudos sobre saúde coletiva, produção de conhecimento, direito à saúde e educação popular por parte de seus organizadores, os pesquisadores Regina Maria Marteleto e Eduardo Navarro Stotz. Numa feliz convergência de trajetórias e

perspectivas teóricas acadêmicas, um conjunto de pesquisas e intervenções comunitárias, tendo como foco a saúde de pessoas e grupos, foi conduzido no território das muitas comunidades que compõem o Complexo da Maré, subúrbio da região da Leopoldina do Rio de Janeiro, espaço marcado por lutas e resistência popular.

Da concretude deste espaço plural e das situações específicas emergem as perguntas-chave, que colocam em movimento pessoas, idéias e modos de caminhar a pesquisa. O livro é organizado em três partes, que buscam dar conta, respectivamente, de questões relativas a dimensões teórico-conceituais, metodológicas e de ações concretas. De um modo geral, cada capítulo inicia-se com as bases teóricas mais gerais das pesquisas ou experiências relatadas, ancoradas sobretudo nas abordagens da antropologia da informação e da educação popular e saúde.

Ambas as perspectivas teóricas não têm sido definidas como campos teóricos ou disciplinares. Sob a denominação de educação popular e saúde se agregam concepções pedagógicas críticas, movimentos de resistência e luta coletiva em torno de temas da saúde, vivências de articulação entre as disciplinas da saúde e as expressões da arte e da cultura popular. Em especial a partir da década de 1990, e com a inegável facilitação da comunicação virtual, a perspectiva da educação popular e saúde fica mais visível e ativa na forma de rede, constituída entre pessoas, agregando uma pluralidade crescente de olhares, cujo denominador comum é o reconhecimento e respeito à autonomia dos diversos sujeitos na produção de saberes, e o compromisso com as lutas populares. Muito mais ação que reflexão acadêmica, a perspectiva da educação popular e da saúde encontra na pedagogia de Paulo Freire alguns pressupostos orientadores, entre os quais destacamos os conceitos de educação dialógica, de problematização da realidade, de consciência crítica, de inédito-viável. No que se refere à pesquisa embasada por esta perspectiva, há clara opção pelas metodologias participativas e/ou interpretativas, ancoradas na concepção que autores da área de pesquisa qualitativa designam por teoria crítica revisitada.

A antropologia da informação possui uma trajetória na qual a reflexividade teórica é mais evidente, e se posiciona como uma ruptura com o modo de pensar a informação desvinculada da idéia de construção de conhecimento social. A principal crítica se dirige à unidirecionalidade do processo de produção e disseminação de informações e conhecimentos científicos, que expressa o não reconhecimento do “outro” – o sujeito popular individual ou coletivo.

O espaço de convergência dos olhares, nesta produção bibliográfica, é o das práticas – de pesquisa, de intervenção. E, do ponto de vista de conceitos-chave, a idéia de que, pelo diálogo, homens e mulheres se constituem e constituem o mundo: a construção compartilhada do conhecimento.

O primeiro capítulo da Parte I traz como recorte temático o conceito de redes sociais, discutido por Eduardo Navarro Stotz a partir da idéia de “conceito de junção”, articulando-o ao campo da saúde. As redes sociais são

discutidas não do ponto de vista de sua definição, apenas, mas em especial como formas de organização coletiva, que tanto podem legitimar quanto enfrentar a ordem social injusta imposta pelos modelos de acumulação em curso. Retoma um debate que ainda se faz pertinente na área da saúde: o contraponto entre os dispositivos e práticas da democracia representativa e participativa, não como excludentes entre si, mas apontando para as redes colaborativas como espaços de ampliação da participação e de instauração de processo fortalecedores da representatividade.

No segundo capítulo, Regina Maria Marteleto discute a produção de conhecimento científico e sua apropriação pela sociedade, posicionando-se em favor da compreensão de ciência como prática socialmente determinada. No debate sobre as possíveis pontes entre o saber produzido pela ciência e o senso comum, dá centralidade à idéia de ciência como prática, instituinte, em contraposição à de ciência instituída. Neste sentido, a autora apresenta uma questão importante para o campo da saúde coletiva, que é a de explicitar da discussão a relação entre conhecimento científico e senso comum. Aqui também a educação popular e a saúde se apresentam como perspectiva integradora, a partir da compreensão, em Paulo Freire, de que o conhecimento se faz em diálogo e no movimento da vida, permitindo a leitura e releitura constantes do mundo. Abraçando esta compreensão, é possível concordar com Edgar Morin, quando afirma que a ciência é apenas a ponta de um *iceberg* de não-ciência.

Na segunda parte, os caminhos metodológicos são apresentados a partir de algumas abordagens teórico-metodológicas: no capítulo 3, as autoras discutem, a partir da perspectiva de gênero, originada nos estudos feministas, a pesquisa-ação como opção que permite o desvelamento da condição de gênero, e suas implicações políticas, ideológicas, culturais. A partir das narrativas de mulheres e homens que vivem nas favelas da Maré, as identidades femininas e masculinas são desconstruídas e ressignificadas, no cotidiano, como possibilidade de instauração de novos modos de ser-mulher e ser-homem, destacando o potencial problematizador da pesquisa-ação. Ancorado na idéia de pseudo-concreticidade, oriunda da dialética do concreto em Karel Kosik, o texto confere maior consistência teórica ao debate sobre a pesquisa-ação, uma metodologia que tem sido pouco valorizada no âmbito dos estudos em saúde.

O capítulo 4 apresenta uma metodologia que visa colocar em curso o conceito de construção compartilhada do conhecimento – a elaboração do Almanaque da Dengue, entendido como produção textual que organiza conhecimentos diversos, não hierarquizados, oriundos de atores sociais diversos. A idéia de uma “enciclopédia popular” é discutida, tendo como eixo a relação entre o conhecimento do senso comum e as informações científicas. Além de apresentar uma proposta metodológica que avança na construção de um produto, uma sistematização que expressa o diálogo entre a perspectiva científica e popular, o capítulo nos brinda com um histórico sobre o papel dos almanaques como veículo de circulação de co-

nhecimentos, que horizontaliza saberes, tanto do ponto de vista simbólico quanto literal, pelo alcance social e geográfico que obteve ao longo dos séculos. Na área da saúde, o processo de construção de um almanaque temático, como o da dengue, constitui-se num processo de pesquisa qualitativa de base hermenêutica, pela centralidade das narrativas orais, e ao mesmo tempo, participativa, pela inclusão dos diversos sujeitos, a relatarem, discutirem e refletirem sobre o tema proposto, e sobre como este afeta suas vidas – o que, inevitavelmente, os leva a pensar nas respostas concretas possíveis à questão.

O último texto desta parte (capítulo 5) aborda a sistematização de práticas sociais como metodologia e ação política que também opera como mediação entre as lógicas de construção de saberes da prática científica e do senso comum. Aqui o produto/processo, denominado de terceiro conhecimento, não é um híbrido ou uma superposição de conceitos oriundos de formas diversas de produção de conhecimentos, mas um conceito cujo processo de constituição se aproxima do que Boaventura dos Santos denomina de segunda ruptura epistemológica – o enfrentamento da hipercientificização e da fragmentação de saberes pela explicitação de sentidos e práticas emancipatórias. A sistematização de práticas sociais, uma metodologia bastante conhecida na América Latina sob o nome de sistematização de experiências, conduzida por Oscar Jara, propõe, pela identificação e discussão dos passos trilhados numa experiência coletiva, o desvelamento de intencionalidades, estranhamentos e interesses, com interlocução entre a ação e sua representação coletivamente teorizada. Apresenta, portanto, uma metodologia que se coloca como tentativa de apreensão da realidade em movimento, com foco nos projetos coletivos que visam à produção objetiva e subjetiva de sujeitos, mas cujos produtos devem necessariamente retornar e realimentar a caminhada da construção coletiva.

A terceira e última parte do livro se dedica a alguns relatos de intervenções socioculturais nas quais se evidenciam as relações entre o mundo das representações teórico-conceituais e o mundo das práticas e da vida cotidiana, desnaturalizando o papel da informação e do conhecimento. No capítulo 6, o associativismo comunitário, como rede social, é examinado a partir da experiência local das comunidades da Maré. O relato descreve o processo de estruturação das associações de moradores como espaço de representatividade e luta urbana por melhores condições de moradia e acesso a equipamentos coletivos, e a transição nas formas de organização destes coletivos, que foram gerando configurações diversas de relação da população local com o Estado. Das primeiras lutas urbanas ao esgotamento do modelo de associativismo representativo, chegando à estruturação de Organizações Não Governamentais, o relato evidencia a capacidade de *poiesis* e regulação das formas coletivas populares de organização a partir de suas demandas próprias, e não apenas a partir do vazio da presença do Estado por meio das políticas sociais e de saúde. Adquire relevância, no contexto do debate proposto pelo livro, sobre a produção de saberes e relação entre academia e população, o fato de a experiência na qual

se apóia este relato ter ocorrido pela ação de uma ONG organizada por lideranças e moradores que adquiriram, na formação universitária, certo domínio dos códigos acadêmicos e institucionais, o CEASM. No processo de reflexão sobre os próprios processos de escolarização, focalizam a questão do acesso e da qualidade da educação pública na sua ação coletiva, transferindo para a esfera pública as conquistas individuais.

O capítulo que se segue retoma uma experiência de interlocução e ação colaborativa entre o setor acadêmico e pessoas e lideranças de uma das comunidades da Maré, inserida no ELOS – Núcleo de Estudos Locais em Saúde, vinculado à Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fiocruz. Num processo que tem sido crescente, mas que ainda não é usual no mundo acadêmico, convergem algumas iniciativas de pesquisa e intervenção comunitária em saúde, dando origem a um projeto de monitoramento civil da situação de saúde local, o Observatório de Saúde, cujo canal de comunicação e veiculação de informações principal era uma página na internet – e, por isso, o capítulo se refere às janelas para o conhecimento. O relato evidencia um conjunto de atividades, propostas, mediações, dificuldades e mudanças, inclusive no entendimento consensual pelos participantes com referência ao lugar epistemológico da proposta – o que é observar, e quem observa o que, afinal? A articulação entre pesquisa e intervenção deu origem a diversos estudos e avanços conceituais, e ao amadurecimento do grupo no sentido de encontrar no termo “interface” a expressão mais adequada à intencionalidade de articulação e construção compartilhada de saberes em saúde. Em que pesem os limites da comunicação virtual, e a aparente volatilidade dos projetos, que se encerram após o esgotamento de fontes de financiamento e das formas de gestão, conclui-se que esta provisoriedade pode ser compreendida como fruto da flexibilidade e reinvenção constantes das formas de organização coletiva e das redes sociais locais, e que não há perdas nos processos de transição para outras iniciativas.

A experiência de desenvolvimento de redes sociais locais é apresentada a seguir desde a perspectiva de ativismo comunitário do CEASM, que, por sua vez, opera por meio de uma “rede de redes” extremamente versáteis e potencializadoras de processos concretos de fortalecimento coletivo. O ponto de partida é o bairro, a Maré – o território e as pessoas, as necessidades, os grupos, a dinâmica da vida. Os projetos evidenciam a intencionalidade crítica de levar os participantes a pensar, a partir do local, a cidade, o estado, o país em suas bases estruturais e conjunturas diversas. Ao modo de um grande círculo de cultura freireano, a Maré dirige seu olhar para si e para o mundo globalizado, usando como canais de comunicação

e produção de conhecimento as diversas redes informais e institucionais articuladas pelo CEASM.

Por fim, o livro apresenta um capítulo no qual o relato transita pelo espaço de produção intersubjetiva de questões de saúde, mediado pelas dimensões de gênero. A intervenção apresentada se refere a um grupo de mulheres, uma roda de conversas sobre a vida de cada uma, espaço de escuta e falação, de ressignificar coletivamente o sofrimento individual, de acolhida e aconchego. Num mundo no qual o sofrimento não possui espaços de expressão e reconhecimento, a narrativa das mulheres não é apenas a da vitimização, e permite configurar um mosaico de saberes, no sentido de que a partilha de experiências e o sentimento mútuo de compaixão evocam questões e perplexidades que, ao mesmo tempo, sinalizam possibilidade de enfrentamento, construídas e percebidas ali, no momento da troca. Um texto de caráter mais intimista, que nos lembra que as duras lutas que as classes populares precisam enfrentar se dão também nos microespaços do cotidiano e das relações intersubjetivas.

A partir destas perspectivas, a opção dos organizadores é a de contribuir para a construção de uma esfera pública, a partir das experiências locais. Há, portanto, a intencionalidade de colocar em amplo debate as premissas, as análises e os resultados obtidos, definindo-se a posição do pesquisador como o intelectual engajado de que nos fala Bourdieu, alguém que não se confunde com o militante, mas que ultrapassou ou ressignificou, na sua prática, os modos acadêmicos tradicionais de produção de conhecimentos. Não se trata de propor um processo novo ou uma tecnologia educacional diferente, mas de reconhecer, nas mediações sociais em curso, os processos nos quais os saberes despertam, circulam, são nomeados e apropriados na vida. Não para “saber mais”, mas para “ficar sabido” e poder enfrentar, coletivamente, a opressão, a desigualdade, a injustiça social.

Bibliografia consultada

BOURDIEU, P. Conversa com sindicalistas. *Le Monde Diplomatique - Brasil*, fevereiro 2002, versão eletrônica. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/2002-02,a228>. Acesso: 7 jul. 2009.

FREIRE, P. – *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6a ed. 1979.

MORIN, E. – *O Problema epistemológico da complexidade*. Sintra, Portugal: Publicações Europa-América, 1990.

SAYD, J. D. *Mediar, medicar, remediar – aspectos da terapêutica na medicina ocidental*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1998.

